

## **Avaliação educacional como tática de governo neoliberal: que resultados importam?**

Maria Beatriz Fernandes (UERN)

[beatrizfernandes98@hotmail.com](mailto:beatrizfernandes98@hotmail.com)

Mie Nakayama Dantas da Silva (UERN)

[miedantas@alu.uern.br](mailto:miedantas@alu.uern.br)

Allan Solano Souza (UERN)

[allansouza@uern.br](mailto:allansouza@uern.br)

### **Introdução**

Este trabalho tem como objetivo analisar por meio do discurso dos atores educacionais o uso das avaliações como tática de governo. Para este evento partimos da seguinte questão: por que os governos utilizam a avaliação?

A análise de discurso foucaultiana é utilizada como técnica de pesquisa qualitativa, compreendendo os enunciados como acontecimentos, isto é, que a sua produção foi condicionada por um conjunto de saberes mobilizados na atualidade, articulados em meio às relações de poder que garantiram ser dito de tal forma e não de outra (FOUCAULT, 2008a). Após essa introdução, este trabalho apresenta os resultados alcançados e, em seguida, finalizamos com considerações parciais.

### **Avaliação na educação: táticas de governo para uma homogeneidade?**

O uso das avaliações como instrumento de diagnóstico das políticas públicas não é algo novo, porém, a oportunidade de refletir sobre os seus objetivos e a sua aplicabilidade na gestão pública têm se configurado como desafio. O seu emprego na área educacional vem

sendo atrelado ao estabelecimento de padrões mínimos de qualidade sem considerar as consequências que eclodem no processo de ensino (GARCIA; NASCIMENTO, 2012).

Parte-se do pressuposto de que as avaliações estão a ser serviço de uma nova governamentalidade, isto é, de um modelo de governança baseado na condução das ações da população (FOUCAULT, 1985) e que vem imposta pelo paradigma neoliberal. Assim, a falta de reflexão sobre os mecanismos de controle social é um dos efeitos dessa nova razão do mundo (DARDORT; LAVAL, 2016), que se perpetua a partir da obediência às sequências e normatividade disposta pelo sistema.

Foucault (2008), destaca uma concepção de sujeito que está sendo naturalizada nessa racionalidade, a figura do *homo economicus*, isto é, o indivíduo na condição de empreendedor de si mesmo e que mantém em funcionamento a lógica do mercado. Esse sujeito é aviltado como responsável por reproduzir e garantir a produtividade na teia social, não como uma imposição do governo, mas como uma necessidade que o indivíduo formula em si (FOUCAULT, 1985).

A difusão do discurso neoliberal em território brasileiro colocou a avaliação a serviço das reformas da administração pública, que “[...] tiveram como objetivo adequar a formação do trabalhador às atuais necessidades do capital” (GARCIA, 2017, p. 167), sem que se considerasse as demais dimensões elementares desse instrumento no processo educacional.

Nesta perspectiva, o Estado redefine o seu papel, passando de “provedor” dos serviços públicos (CABRAL NETO; CASTRO, 2005) para um modelo de regulação baseado em mecanismos de controle social e de averiguação de performances/resultados, como forma de garantir a manutenção e reprodução do discurso da produtividade na administração pública.

Afonso (2013), corrobora com as perspectivas anteriores, demonstrando que a ânsia pela obtenção do lucro e a necessidade dos países se tornarem competitivos internacionalmente torna a avaliação um dos eixos estruturantes do Estado Avaliador. Assim, promove-se a formação de condutas que atendam a lógica competitiva dessa governamentalidade. Para tanto, os sujeitos são chamados a responderem às finalidades do governo e não a questioná-lo (FOUCAULT, 1985).

### **A avaliação como discurso dos atores educacionais**

Com intuito de observar esse movimento em uma realidade local, esta pesquisa realizou duas sessões de grupo focal, via *Google Meet*, com profissionais da educação de uma escola pública municipal de uma cidade no Alto Oeste do Rio Grande do Norte.

As participantes da pesquisa foram: a diretora, a vice-diretora, a coordenadora pedagógica, a supervisora e as duas professoras responsáveis pelas turmas do 5º ano. Convém ressaltar que as falas de todas nem sempre são possíveis em um grupo focal, seja porque alguém domina o uso da oralidade e acaba inibindo os outros participantes, ou por não se sentirem à vontade para se posicionar diante de um questionamento realizado. Assim, preservando-se o anonimato, no texto destacaremos as enunciativas de: Betânia, Maria da Silva e Graça.

Inicialmente, refletir sobre o uso das avaliações pelos governos causou certa estranheza aos participantes. Tendo em vista que é comum no ambiente educacional analisar os dados alcançados e não o instrumento em si. Os atores escolares são chamados a agir, não a questionarem, tal qual apregoa a lógica do *homo economicus* (FOUCAULT, 2008b), que desenvolve suas funções com *expertise* e

eficiência, mantendo em funcionamento essa busca por ser sempre melhor.

As primeiras enunciativas descortinam para a necessidade imputada aos governos de averiguar os resultados alcançados na educação. A vice-diretora Betânia e a coordenadora Maria da Silva destacam tal afirmativa, como evidenciado no seguinte enunciado: “são para saber se as políticas educacionais estão tendo resultados” (MARIA DA SILVA, 2022). Como sujeitos imersos na gestão escolar, o trecho demonstra de modo relativo à necessidade de ter a avaliação como saber, e ao mesmo tempo, como um instrumento de controle dos resultados. Contudo, convém questionar: que resultados importam para o governo?

Tal indagação suscita para as necessidades que emergem das particularidades de cada escola e que não são consideradas nos critérios de análises, visto que na governamentalidade neoliberal “[...] a educação é considerada uma mercadoria vendável como qualquer outra” (GARCIA, 2017, p.168) e o número apresentado não leva em conta a heterogeneidade da comunidade escolar.

A fala da professora Graça (2022) reforça esta enunciativa quando diz que o que importa para o governo é o número: “eles avaliam diversas realidades de uma única forma, então, acabam criando números e índices de forma homogênea”. Não há uma preocupação com as particularidades das realidades locais, e esta é uma característica da lógica neoliberal, pois a ânsia é pelo lucro e o desejo de se atingir patamares elevados de produtividade, não importa as condições dos sujeitos, mas sim, o que ele está fazendo para alcançar os objetivos.

Destarte, a homogeneização entre as realidades diferentes, criticada pela professora Graça (2022), é um elemento que se perpetua nas políticas educacionais e se desvela nas avaliações ao considerar que todos partem das mesmas condições e acesso à educação. O

fascínio pelos números pode até ofuscar as diferenças do processo educacional, contudo, quando os resultados são divulgados, essas diferenças são evidenciadas e apontam para a necessidade de considerar e valorizar as particularidades das realidades locais.

### **Considerações parciais**

Que resultados importam na educação? As avaliações têm sido utilizadas como instrumento da governamentalidade neoliberal a serviço da vigilância e da padronização de resultados. Com isso, as diversidades e particularidades das regiões não são colocadas na “balança” quando se auge sobre o desenvolvimento do ensino.

É fato que o uso deste mecanismo deveria suscitar reflexões para melhoria do contexto educacional, contudo, a lógica mercadológica homogênea e define padrões. Fica claro por meio dos discursos analisados, que as avaliações se configuram como um instrumento de governo neoliberal, que torna fundamental os números e as performances exitosas, deixando de se considerar a heterogeneidade e particularidade presente em cada realidade das escolas brasileiras.

### **Referências**

AFONSO, Almerindo Janela. Mudanças no Estado-avaliador: comparativismo internacional e teoria da modernização revisitada. **Revista Brasileira de Educação**, v.18, n.53, p. 267-284, abr. - jun. 2013.

CABRAL NETO, Antônio; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. **O público e o privado**, v. 3, n.5, jan. -jun. 2005.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª ed. 1985.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): que concepção de qualidade visa consolidar? In: Souza, Lincoln Moraes de; Sousa Andreia da Silva Quintanilha. **Avaliação de políticas públicas e avaliação de educação**. Curitiba: CRV, 2017. p. 147-187.

GARCIA, Luciane Terra dos Santos; NASCIMENTO, Lenilton Batista do. O Estado-avaliador e a construção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; FRANÇA, Magna (Orgs.). **Política Educacional**: contextos e perspectivas da educação brasileira. Brasília: Liber Livro, 2012.